

A. I. N° - 09258348/02
AUTUADO - NOVA FONTE DE ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
AUTUANTE - GILSON GILENO DE SÁ OLIVEIRA
ORIGEM - IFMT - DAT/METRO
INTERNET - 30. 04. 2003

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0134-04/03

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide lavrado, em 23/09/02 pela fiscalização do trânsito de mercadorias, exige multa no valor de R\$ 600,00, em virtude da realização de operação sem a emissão de documento fiscal, conforme Termo de Apuração de Denúncias, Termo de Auditoria de Caixa e Nota Fiscal nº 1709, emitida depois de iniciada a ação fiscal.

O autuado apresentou defesa tempestiva (fl. 16) e alegou que não conhecia o funcionário que assinou o Auto de Infração [Termo de Auditoria de Caixa], que o seu estabelecimento não estava funcionando no dia 30/09/02, uma segunda-feira, e que o único movimento que havia era do pessoal da vigilância, limpeza e reposição de estoques.

Prosseguindo em sua defesa, o autuado diz que a fiscalização invadiu o seu estabelecimento e, sem a presença de nenhum funcionário responsável pela empresa, foi realizada a ação fiscal. Afirma que se havia algum movimento no caixa era referente à semana anterior.

Na informação fiscal (fls. 24 e 25), o autuante explica que o senhor Bartolomeu Nunes dos Santos era o responsável pelo estabelecimento no momento da fiscalização, fato reconhecido também pelos oito garçons que estavam trabalhando. Ressalta que a ação fiscal ocorreu no dia 20/09/02, uma sexta-feira. Diz que não invadiu o estabelecimento, que se identificou previamente e que agiu no cumprimento de seu dever legal. Ao final, solicita a procedência do Auto de Infração.

VOTO

Para verificar a irregularidade constante na Denúncia nº 909/02 (fl. 5), a fiscalização esteve no estabelecimento do autuado (fl. 3) e efetuou uma auditoria de caixa, tendo apurado, nessa oportunidade, a ocorrência de vendas sem a emissão da devida documentação fiscal (fl. 4).

A auditoria de caixa, efetuada pelo fisco nos estabelecimentos varejistas, é um procedimento que é utilizado rotineiramente para verificar a regularidade da emissão de documentos fiscais. No caso em lide, entendo que as provas do cometimento da infração estão acostadas aos autos. O Termo de Auditoria de Caixa (fl. 4) comprova de forma cabal que o autuado efetuou vendas sem a emissão de notas fiscais, no dia 20/09/2002, no valor de R\$ 304,97.

Para consubstanciar a infração, o autuante, de forma correta, exigiu que o contribuinte emitisse a nota fiscal – série D-1, no valor da diferença apurada e lavrou o presente Auto de Infração para cobrança de penalidade por descumprimento de obrigação acessória.

A alegação de que o autuado desconhece o senhor Bartolomeu Nunes dos Santos, funcionário que assinou o Termo de Auditoria de Caixa, não procede. Foi esse senhor que, além de atender a fiscalização, estava de posse do talonário de notas fiscais do autuado e inclusive emitiu a Nota Fiscal nº 1709 (fl. 11).

Não acolho a justificativa de que o estabelecimento não estava funcionando no dia da ação fiscal, pois o Termo de Auditoria de Caixa, a Nota Fiscal nº 1709 e o extrato de cartão de crédito (fl. 11) comprovam o contrário. Da mesma forma, não pode prosperar a alegação de que os valores encontrados em caixa eram referentes à semana anterior, uma vez que não havia saldo de abertura de caixa comprovado (fl. 4). Além disso, a emissão da Nota Fiscal nº 1709 (fl. 11) constitui um reconhecimento da infração cometida.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **09258348/02**, lavrado contra **NOVA FONTE DE ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$ 600,00**, prevista no art. 42, XIV-A, “a”, da Lei nº 7014/96, acrescentado pela Lei nº 7438/99 e alterada pela Lei nº 7753/00.

Sala das Sessões do CONSEF, 22 de abril de 2003.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - JULGADOR